

O “11 de Setembro” europeu

Em 2001, a resposta norte-americana aos atentados terroristas foi a que a Al-Qaida queria provocar; em 2022, a resposta europeia à invasão da Ucrânia é o contrário da que Putin queria provocar.

Carlos Gaspar | Público | 6 de Março de 2022

No dia 24 de Fevereiro, a Rússia iniciou a sua invasão da Ucrânia, confirmou a natureza imperialista da estratégia internacional do regime autocrático dirigido pelo Presidente Putin e mudou a ordem de segurança europeia.

A [invasão russa](#) inscreve-se numa linha de continuidade. Em Agosto de 2008, no dia da abertura dos Jogos Olímpicos de Pequim, a Rússia invadiu a Geórgia, destruiu as suas forças armadas e reconheceu duas entidades separatistas na [Ossétia do Sul e na Abkázia](#) como Estados independentes. Em Março de 2014, [anexou a Crimeia](#) e, logo a seguir, iniciou uma “guerra híbrida” na Ucrânia Oriental, onde as milícias separatistas russas proclamaram as Repúblicas Populares de Donetsk e Luhansk nos territórios contíguos à Rússia que ocuparam e que eram de facto administrados pelas autoridades russas. Em Fevereiro de 2022, depois do encerramento dos Jogos Olímpicos de Inverno em Pequim, a [Rússia invadiu a Ucrânia](#) para mudar o regime político em Kyiv e destruir o Estado ucraniano.

Em 2008, tal como em 2014, os aliados europeus e ocidentais responderam às agressões da Rússia e ao início da guerra na Ucrânia com medidas diplomáticas moderadas e [sanções económicas limitadas](#). A condenação da anexação da Crimeia, a primeira mudança pela força das fronteiras externas de um Estado soberano na Europa desde a II Guerra Mundial, não impediu a Alemanha de proibir a venda de armas à Ucrânia e de impor aos Estados Unidos e à NATO o respeito pelo Acto Fundador NATO-Rússia, que exclui a instalação de bases aliadas permanentes no território dos membros da Aliança Atlântica na Europa Central e Oriental. Os [Protocolos de Minsk](#), negociados pela Alemanha e pela França para garantir a cessação das hostilidades na Ucrânia Oriental, nunca foram cumpridos. A moderação ocidental foi, naturalmente, interpretada em Moscovo e em Pequim como uma confirmação eloquente da decadência irreversível das democracias, incapazes de defender a ordem liberal.

Nesse sentido, não é impossível que as autoridades russas tenham subestimado a [resposta da opinião pública europeia](#) ao choque provocado pela nova agressão contra a Ucrânia, que mobiliza a melhor parte das forças armadas russas, incluindo meios nucleares, concentradas nas fronteiras ao longo dos últimos meses.

Com efeito, a invasão russa provocou um “11 de Setembro” europeu. Putin destruiu as ilusões das novas gerações sobre a ordem liberal e precipitou uma mudança de paradigma que vai transformar a política das democracias. A Rússia de Putin demonstrou que a democracia não é nem universal, nem irreversível; que a guerra

continua a ser a regra na política internacional, incluindo a possibilidade de uma guerra entre as grandes potências continua e sem excluir o recurso a armas nucleares; e que o progresso não é o único caminho da história.

Nesse contexto, as democracias liberais têm como alternativa render-se à força das coisas ou defender os seus valores — a liberdade, o direito, a dignidade humana, a solidariedade, a independência nacional, a soberania do Estado — postos em causas pela [invasão da Ucrânia](#). Tudo indica que escolheram a ética da coragem e que essa viragem, inspirada pela surpreendente resistência da nação ucraniana, é duradoura: Raymond Aron dizia que as democracias são demasiado lentas a reconhecer as ameaças totalitárias, mas quando finalmente as enfrentam passam a ser firmes e intransigentes e lutam até ao fim.

O primeiro sinal da viragem é a revolução na política externa da Alemanha: em oito dias, contra todas as expectativas, o chanceler Olaf Scholz assumiu a necessidade de [pôr fim à dependência energética da Rússia](#) e de modernizar as forças armadas para garantir a defesa europeia e enviou as suas tropas para a Lituânia, a Eslováquia e a Roménia. O segundo sinal é a mobilização geral da NATO e da União Europeia, não só para reforçar posições nos Estados mais expostos à coerção estratégica da Rússia, como para armar as forças ucranianas. O terceiro sinal é a unidade entre as democracias, incluindo Estados neutrais como a Suíça, a [Suécia e a Finlândia](#), no apoio político, diplomático e militar à resistência ucraniana. O quarto sinal é a mobilização espontânea da sociedade civil europeia, manifesto no espírito de solidariedade com a Ucrânia e com a diáspora ucraniana e nas [portas abertas às centenas de milhares de refugiados](#). O quinto sinal é a votação da Assembleia Geral das Nações Unidas, onde 141 dos 193 Estados membros, incluindo todas as democracias ocidentais, votaram a condenação da Rússia — eram 100 em 2014 a condenar a anexação da Crimeia. O sexto sinal é mudança na linguagem política, que dispensa a *langue de bois* típica das burocracias multilaterais para passar a falar claro, como o faz o Presidente Emmanuel Macron quando acusa Putin de travar uma “guerra indigna”.

Em 2001, a resposta norte-americana aos atentados terroristas foi a que a Al-Qaida queria provocar; em 2022, a resposta europeia à invasão da Ucrânia é o contrário da que Putin queria provocar.

<https://www.publico.pt/2022/03/06/opiniao/opiniao/11-setembro-europeu-1997654>